

Uma análise semiolinguística do ensino de leitura veiculado pela revista Nova Escola (2010-2012)

Anabel Medeiros de Azerêdo (UFF)*

Resumo

Nessa pesquisa, tem-se como objetivo analisar a atuação da revista *Nova Escola* no campo educacional. *Nova Escola* inscreve-se no âmbito de periódicos educacionais como a maior revista de Educação do país. Através da perspectiva Semiolinguística de Análise do Discurso, postulada por Patrick Charaudeau, propõe-se uma reflexão acerca do contrato de comunicação estabelecido pela revista, especificamente, nas reportagens que tratam do ensino de leitura. As mídias pedagógicas constituem-se de características provenientes das áreas de Comunicação e Educação, por isso espera-se que periódicos educacionais também estejam submetidos às leis do mercado editorial, uma vez que pertencem ao gênero revista. Contudo, a fim de manter a sua existência no mercado, alguns periódicos educacionais tendem a sobrepor recursos da cultura midiática às questões pedagógicas. Ao se observar a referida revista, percebe-se que, além de características não condizentes ao perfil de periódicos educacionais, *Nova Escola* não possui uma posição político-pedagógica definida sobre o trabalho com a leitura, assumindo concepções conflitantes em relação ao ato de ler, muitas dessas em desacordo com as orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa, inclusive em uma mesma matéria. Utiliza-se uma abordagem qualitativa, com base em edições que compreendem os anos 2010, 2011 e 2012. A revista *Nova Escola*, enquanto periódico educacional, parece não corresponder à demanda dos professores por formação continuada.

1. Apresentação

A formação continuada e a atualização frequente do professor da Educação Básica são preocupações permanentes dentro e fora da escola, que suscitam ações das esferas pública e privada para garantir a sua existência e eficácia.

Back (1987) reconhece que a democratização do ensino ofereceu condições de acesso à escola a camadas antes marginalizadas. Nos anos que sucederam o governo militar, o número acentuado de alunos que passou a ocupar os bancos escolares exigiu uma quantidade maior de professores e, para atender a tal demanda, acelerou-se a formação pedagógica em cursos rápidos e sem embasamento teórico (MOLINA, 1987). A democratização da escola, portanto, apesar de necessária, trouxe consequências para a formação docente.

Para Geraldi (1993), a crise escolar pela qual o sistema educacional tem passado é atribuída, principalmente, à formação pedagógica. Por isso, os programas de formação continuada realizam um trabalho suplementar, através de cursos de reciclagens, treinamentos e atualizações que ratificam a todo instante a necessidade

* Mestranda e bolsista CAPES do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal Fluminense. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Beatriz dos Santos Feres (UFF).

de qualificação docente em prol do ensino. Esse aprimoramento, nos dias atuais, é amparado por leis e realiza-se de forma regulada em reuniões pedagógicas dentro da unidade escolar ou em encontros esporádicos promovidos por secretarias de educação. O autor também enfatiza que não considera os cursos de atualização um mal em si; o problema, para ele, é que esses cursos não estão inseridos em uma política mais ampla de formação no trabalho, por isso se resumem a um discurso de desvalorização do professor.

A demanda por formação pedagógica levou à escola recursos destinados à pesquisa, tais como livros, jornais e revistas, além do acesso à internet, como o afirma Silveira (2006, p. 7):

A busca por respostas e soluções aos problemas enfrentados pelo sistema educacional brasileiro - problemas esses frequentemente associados à falta de preparo dos professores para trabalhar em sala de aula - abriu espaço para um vasto mercado de publicações destinadas a esses profissionais, que surgiram com o objetivo principal de auxiliá-los em sua prática.

Para Nóvoa (2002, p. 31), a mídia impressa beneficia a Educação na medida em que possibilita a propagação de ideias e experiências:

A imprensa é, provavelmente, o local que facilita um melhor conhecimento das realidades educativas, uma vez que aqui se manifestaram, de um ou do outro modo, o conjunto de problemas desta área. É difícil imaginar um meio mais útil para compreender as relações entre a teoria e a prática, entre os projetos e as realidades, entre a tradição e a inovação. São as características próprias da imprensa (a proximidade em relação ao acontecimento, o caráter fugaz e polêmico, a vontade de intervir na realidade) que lhe conferem esse estatuto único e insubstituível como fonte para o estudo histórico e sociológico e da pedagogia.

Um dos veículos de formação docente mais acessível ao professor é a revista educacional. É fato que, em um mundo globalizado e evoluído tecnologicamente, como o da atualidade, há múltiplas formas de acesso ao conhecimento, mas esses periódicos continuam ocupando um espaço privilegiado de informação e formação continuada entre os docentes.

Para Frade (2011), revistas são categorizadas como gênero pertencente ao campo de produções impressas, conseqüentemente, ao das mídias impressas, devido à sua relação inseparável com o mercado editorial. As revistas educacionais, por sua vez, também possuem características próprias de outros tipos de revistas. Entretanto, Nóvoa (2002, p. 11) destaca uma característica importante que distingue as revistas educacionais dos demais periódicos: “os impressos educacionais constituem um corpus documental capaz de apresentar a multiplicidade e a diversidade do campo educativo no seu movimento histórico”.

A escolha da revista *Nova Escola* para constituir o *corpus* desta pesquisa deveu-se à sua popularidade no meio pedagógico; ao acordo firmado entre a editora *Abril* e o governo federal, que mantém financeiramente a produção e a distribuição da revista em unidades de ensino da rede pública; e à sua inclusão à lista de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Nas considerações finais, são apresentadas as conclusões em relação à destinação dessa revista à pesquisa e à formação docente, baseando-se nos resultados das análises realizadas nesta investigação, pois observa-se que sua produção evidencia características não condizentes ao perfil de outros periódicos educacionais, tanto no formato quanto no conteúdo de suas matérias¹.

Segundo Frade (2011), do ponto de vista pedagógico, a imprensa pode fornecer à escola a informação de que tanto necessita para a atualização dos professores. Contudo, como adverte Charaudeau (2010), o fenômeno da informação não ocorre sem que haja implicaturas significativas à recepção da mensagem transmitida, uma vez que a informação não existe em si, em uma exterioridade do ser humano. Nas palavras do autor:

a informação é pura enunciação, ela constrói saber e, como todo saber, depende ao mesmo tempo do campo de conhecimentos que o circunscreve, da situação de enunciação na qual se insere e do dispositivo no qual é posta em funcionamento. (ibid., p. 36)

Além disso, conforme Charaudeau (2010), as mídias caracterizam-se de duas formas: como um organismo especializado, que tem a vocação de responder a uma demanda social por dever de democracia, e como empresa inserida em uma economia de tipo liberal, em situação de concorrência em relação a outras empresas com a mesma finalidade. O autor ainda destaca o excesso de credibilidade do senso comum a respeito da informação propagada pelas mídias.

Portanto, apesar de a imprensa contribuir para o fornecimento de informações necessárias à atualização do profissional de educação, não se pode ignorar o fato de que as mídias encarregadas de sua veiculação estão marcadas por características próprias de sua identidade e função social. Dessa forma, subentende-se que, não sendo possível o apagamento total de posicionamentos históricos, sociais e políticos no processo de transmissão da informação, o que o leitor/ouvinte/espectador da informação recebe é a construção de um acontecimento.

A revista *Nova Escola* se apresenta como uma fonte de pesquisa, aprimoramento e atualização à disposição do profissional de educação:

¹ No artigo "Revistas pedagógicas: qual é a identidade do impresso?", Frade (2011) estabelece comparações entre as revistas mineiras *Amae educando*, *Dois pontos* e *Presença pedagógica*. *Nova Escola* apresenta diferenças significativas quanto ao formato e conteúdo em oposição a esses periódicos educacionais.

Desde 1986, Nova Escola contribui para a melhoria do trabalho dos professores dentro da sala de aula. Todo mês, ela traz experiências reais e os conteúdos mais relevantes, tanto de Educação Infantil como de Ensino Fundamental².

Entretanto, de acordo com Ramos (2009), quanto à interpelação ao professor, é notável a finalidade dessa revista em orientar, prescrever e sugerir ao profissional de educação o que se deve saber e o que deve ser feito, enfim, o que ele deve ser.

Para Frade (2011), a produção no campo educacional caracteriza-se pela abordagem de ideias, conceitos, práticas e questões educacionais que às vezes permanecem em pauta durante anos. É por essa razão, inclusive, que as revistas educacionais podem ser consultadas após algum tempo por professores, pesquisadores (alunos/acadêmicos), diferentemente das revistas de informação em geral, cujo interesse concentra-se no fato que será transformado em notícia.

Frade (2011) ainda afirma que as revistas educacionais possuem características de outros tipos de revistas segmentadas, como, por exemplo, o formato, a veiculação impressa, um público leitor definido e gêneros textuais específicos. Entretanto, há critérios relacionados à finalidade de produção, que definem e categorizam periódicos no âmbito da educação, e se revelam na linguagem, nos gêneros textuais, na diagramação e no *design* dessas revistas.

Por isso, uma análise das características do próprio suporte, relacionada aos elementos que transitam entre os campos da Educação e da Comunicação, faz-se necessária. No que tange à *Nova Escola*, é preciso refletir, ainda, sobre o modo como os temas educacionais são abordados, principalmente, porque o próprio periódico inscreve-se no âmbito de revistas educacionais como *a maior revista de Educação do país*³, visando à formação e à prática docente. Pergunta-se, entretanto: esse propósito se reflete na efetiva constituição da revista? O que sua conformação revela a esse respeito?

Nesta pesquisa, tem-se por finalidade analisar o contrato de comunicação que a revista instaura com o seu leitor e elucidar as concepções de leitura presentes em *Nova Escola*. Parte-se da hipótese de que a revista pode apresentar mais recursos de captação do leitor do que de informação, fato que a colocaria no rol de periódicos não científicos.

Os objetivos pretendidos podem ser organizados da seguinte forma:

- Analisar, através da teoria Semiolinguística proposta por Charaudeau, o contrato de comunicação que a revista *Nova Escola* instaura com o seu leitor nas matérias que tratam do trabalho com a leitura;

² Disponível em: <<http://publicidade.abril.com.br/marcas/novaescola/revista/informacoes-gerais>>. Acesso em 13/01/2015.

³ Disponível em: <<http://publicidade.abril.com.br/marcas/novaescola/revista/informacoes-gerais>>. Acesso em 13/01/2015.

- Identificar as *visadas* discursivas da revista;
- Descrever as estratégias discursivas de que a revista faz uso para adquirir captação e credibilidade e
- Identificar as concepções de leitura que perpassam as reportagens da revista *Nova Escola* e avaliar sua consonância aos PCNs.

Para constituir o *corpus* desta análise, decidiu-se elencar edições da revista que compreendem os anos 2010, 2011 e 2012 a fim de que uma análise de ordem qualitativa permita uma amostragem da abordagem das concepções de leitura presentes na revista *Nova Escola*.

2. Pressupostos Teórico-Metodológicos

As mídias, nas palavras de Charaudeau (2010, p. 17), são como uma “máquina de fazer viver as comunidades sociais, que manifesta a maneira como os indivíduos, seres coletivos, regulam o sentido social ao construir sistemas de valores”. Sendo assim, é preciso investigar e revelar a maneira como os organismos de informação transformam um mundo a descrever e a comentar em um mundo descrito e comentado, para que os efeitos produzidos não sejam os únicos a serem percebidos, mas também os efeitos visados. Para tanto, o contrato de comunicação estabelecido pela revista *Nova Escola* será descrito com o auxílio da teoria Semiolinguística de Análise do Discurso.

Charaudeau (ibid., p. 73-14) afirma que no contrato de comunicação midiático, a instância de produção é constituída por muitos atores – desde os diretores do organismo de informação até o jornalista que assina a matéria –, já que todos contribuem como coenunciadores para que a enunciação seja aparentemente homogênea, embora o jornalista seja considerado a figura mais importante dentre todas. Por essa razão, o autor denomina instância midiática a instância global de produção, que inclui todos os que a compõem, porque, para Charaudeau (ibid., p. 74), é difícil encontrar o responsável pela enunciação da informação, mesmo quando um jornalista assina uma matéria, já que os efeitos que a instância midiática de produção pode causar sob o projeto de fala do enunciador são muitos. Ramos (2009) afirma que a autoria das matérias publicadas na revista *Nova Escola* é atribuída à revista, e não a um jornalista, especificamente.

O jornalista precisa coletar acontecimentos e tratar a informação antes de torná-la pública, para isso, tem de desempenhar dois papéis: o de pesquisador-fornecedor e o de descritor-comentador.

No que tange à função de pesquisa e fornecimento da informação, o jornalista encontra problemas no tratamento das fontes, pois as mídias precisam abranger o máximo de acontecimentos possíveis, selecioná-los e verificá-los, antes de transmiti-los, para que não se divulgue uma informação prematura (que pode não ser confirmada posteriormente) ou falsa (o que pode levar o organismo de informação

a perder credibilidade). Quanto ao papel de descritor-comentador, há problemas na organização do discurso, o qual não pode pretender à cientificidade, à historicidade, nem à didaticidade. O objetivo do jornalista é fornecer a informação de forma clara e objetiva, mesmo que em seu discurso haja a presença de alguns elementos que lhe confirmam legitimidade, tais como terminologias específicas, relações de anterioridade e posterioridade, e ainda, provas de verificação e avaliação. O objetivo é que a informação alcance o maior número de consumidores possível.

Como a instância midiática é obrigada a pôr a informação em cena, essa passa a ser mediada, e o jornalista, por vezes, passa de fornecedor a revelador, aspirando aos papéis de detetive e juiz. Entretanto, a instância midiática só pode revelar pistas, correlacionar fatos e propor hipóteses.

Para se estabelecer um contrato de comunicação midiático, é preciso presumir a instância de recepção, que para muitos estudiosos é composta pelo público. No entanto, o público não pode ser generalizado, pois se trata de uma instância heterogênea e instável. Por isso, torna-se difícil, para a instância midiática, presumir uma identidade social para a instância de recepção, primeiramente porque essa não se faz presente, fisicamente, na situação de comunicação. E, em segundo lugar, porque não se consegue determinar categorias quanto ao *status* social e cognitivo do receptor público, ou seja, não é possível definir de que forma essa instância apreende os acontecimentos, como os compreende e interpreta. Apesar disso, alguns organismos de informação se baseiam em hipóteses e fazem escolhas quanto ao seu público alvo em função de opiniões políticas, de classes sociais, de faixas etárias, de profissões (como é o caso da revista *Nova Escola*) etc.

Charaudeau (2010) afirma que a instância de produção não deixa de fazer previsões a respeito da avaliação do público enquanto receptor da informação, por isso o autor trata a instância de recepção também como uma entidade que se desdobra em sujeitos: o receptor-público, aqueles que produzem multiplicidade de efeitos de sentidos, e o destinatário-alvo, aqueles a quem se destinam os efeitos visados pela instância midiática.

Como a instância de recepção possui uma variedade de valores ético-sociais e afetivo-sociais, Charaudeau (ibid., p. 79) afirma que o *destinatário-alvo* é abordado de duas maneiras, a saber: como alvo intelectual ou afetivo. O alvo intelectual é aquele capaz de avaliar seu interesse de acordo com o que lhe é proposto e de atribuir credibilidade à instância midiática que se propõe a transmitir-lhe a informação. Já o alvo afetivo é considerado aquele que constrói avaliações por meio de reações de ordem emocional e de modo inconsciente. No processo de construção do destinatário-alvo, Charaudeau (2010) esclarece que a instância midiática leva em consideração a integração entre o alvo intelectual e o afetivo.

O *receptor-público* compreende os sujeitos considerados sob o ponto de vista comportamental enquanto consumidores de um produto comercializado: a mídia.

Portanto, para conhecer o comportamento dessa instância, Charaudeau (2010) afirma que a instância midiática, agora como responsável por uma empresa lucrativa, faz uso de duas técnicas: a que confere o sucesso de uma programação por meios eletrônicos e o estudo de impacto, que permite observar os efeitos produzidos por meio da maneira que o receptor-público trata determinado programa.

A revista *Nova Escola*, assim como outras mídias impressas, possui uma seção editorial denominada “Caixa Postal”, que se destina à publicação de comentários dos leitores a respeito das edições anteriores. Dessa forma, a revista mantém contato com o leitor ao mesmo tempo em que verifica o êxito de seu trabalho, induzindo o leitor a crer no sucesso de suas reportagens.

Para Charaudeau (1999, p. 2), “o ato de linguagem traz a marca da intencionalidade”, uma vez que o locutor encontra-se em uma dupla relação: de intersubjetividade com o interlocutor e de subjetividade consigo mesmo. Essa relação intersubjetiva se atualiza a partir de atitudes enunciativas do *Eu* em relação ao *Tu*, as quais determinam a intenção pragmática do sujeito falante em relação ao seu interlocutor e também a posição que o interlocutor deve ocupar. Charaudeau (2004, p. 23) denominou essa intencionalidade psico-sócio-discursiva do sujeito falante, capaz de determinar suas atitudes enunciativas, como *visadas* discursivas, e elencou seis tipos principais: *Visada* de prescrição, *Visada* de solicitação, *Visada* de incitação, *Visada* de informação, *Visada* de instrução, e *Visada* de demonstração.

Charaudeau (2005) afirma que as *visadas* de informação e de incitação são as que caracterizam o contrato de comunicação midiático, pois a instância de informação está na posição de dever fazer saber, uma vez que sua função é a de transmitir informação; e também está na posição de mandar fazer, ou seja, instigar o desejo da instância de recepção de consumir a informação, através da sedução ou da persuasão.

Segundo Charaudeau (2010), na *visada* de informação, a instância midiática *quer fazer saber* ao cidadão o que está acontecendo no mundo e na vida social, portanto, dois tipos de atividades linguageiras são usados nessa *visada*: a descrição-narração, para relatar o acontecimento; e a explicação, para tornar compreensível ao destinatário as causas e as consequências do acontecimento.

As instâncias midiáticas vivem em uma tensão constante quanto à credibilidade e à captação, pois quanto mais instâncias tendem para a credibilidade, cujas exigências são as da austeridade racionalizante, menos alcançam o grande público; por outro lado, quanto mais tendem para a captação, cujas exigências são as da imaginação dramatizante, são cada vez menos críveis. O jornalista, então, faz uso de estratégias discursivas em função dos desafios de credibilidade e de captação com que se depara.

Charaudeau (2008, p. 75) afirma que “para o locutor, falar é, pois, uma questão de estratégia”, já que o objetivo do sujeito falante é influenciar o seu interlocutor, ou seja, fazer com que o interlocutor reaja à sua enunciação. Por isso, no contrato de

comunicação geral, o sujeito produtor do ato de linguagem, mais ou menos consciente das restrições da situação de comunicação e da margem de manobra que possui, organiza determinadas categorias de língua em função de suas próprias finalidades discursivas. Para tanto, leva em consideração a sua identidade e a de seu interlocutor, como também a imagem que faz acerca de seu interlocutor e a imagem que ele quer que se tenha a seu respeito, os conhecimentos partilhados, e os papéis que devem desempenhar na situação de comunicação.

No contrato de comunicação midiático, também há a preocupação com a instância de recepção. O jornalista joga com os componentes da situação de comunicação, tendo em vista uma finalidade dupla: adquirir credibilidade e captação. Charaudeau (2010, p. 129) afirma que “ele fica, ao mesmo tempo, preso e livre na encenação de seu discurso”, pois “é na escolha dos critérios que regem tais atividades que se põe em jogo a imagem de marca de cada organismo de informação” (ibid., p. 75). Portanto, apesar da heterogeneidade e da instabilidade da instância de recepção, a instância midiática precisa saber combinar os componentes da situação de comunicação para atingir o maior número de consumidores.

Perelman (1996, p. 22) afirma que

O auditório presumido é sempre, para quem argumenta, uma construção mais ou menos sistematizada. Pode-se tentar determinar-lhe as origens psicológicas ou sociológicas, o importante, para quem se propõe persuadir efetivamente indivíduos concretos, é que a construção do auditório não seja inadequada à experiência.

No contrato de comunicação midiático, o jornalista insere o acontecimento em um discurso inteligível, que mobiliza valores e aspectos culturais de grupos sociais determinados. Contudo, no processo de transformação do acontecimento em notícia, suscitam-se questões, como a seleção de fatos, os modos de recorte midiático do espaço social e a identificação das fontes.

3. Breve Análise do Corpus

A situação de comunicação em que se encontram a revista *Nova Escola* e seus leitores, segundo Charaudeau (2005), configura-se sob o modelo de monolocalização, ou seja, os parceiros estão ligados por um contrato de troca postergada.

Enquanto instância de produção, percebe-se que a revista *Nova Escola* seleciona, proeminentemente, quatro *visadas* combinadas em pares. Ora articula a *visada* de informação à de incitação, semelhante ao contrato midiático, para fazer o leitor crer não só na sua versão de fatos, mas também que isso é importante para ele; ora a de instrução à de prescrição, para ditar-lhe o que deverá saber e fazer.

Enquanto instância produtora, assim como ocorre em todo contrato de comunicação midiático, não há como definir os sujeitos responsáveis por assumir as posições de

comunicante e de enunciador, embora todas as matérias publicadas pela revista sejam assinadas por um jornalista. Por isso, considera-se que a revista *Nova Escola* ocupe as duas posições no polo de produção, tanto a de sujeito comunicante como a de sujeito enunciador, tornando-se, assim, uma instância midiática.

Quanto à identidade da instância de recepção, segundo Ramos (2009), a revista *Nova Escola* visa um público-receptor composto por professores do Ensino Fundamental, das redes públicas e particulares de ensino, além de diretores, orientadores educacionais e estudantes de pedagogia ou de cursos de licenciaturas. Entretanto, o destinatário-alvo acaba sendo o leitor-médio, identificado como aquele professor que se considera atrasado, com *deficit* de conhecimento, formação e atualização, incapaz de compreender o currículo escolar e o que se espera dele enquanto profissional, mas competente o suficiente para compreender o que está sendo veiculado pela revista, como pode ser percebido na seguinte edição:

Se você nunca pensou em apresentar literatura de cordel aos seus alunos, por considerá-la pobre ou popular demais, saiba que está cometendo um erro de avaliação [...] Nova Escola foi ouvir quem entende do assunto para elucidar dúvidas sobre como trabalhar com a leitura desse tipo de texto. (Nova Escola, 2011, n. 243).

A mecânica do dispositivo argumentativo da revista se constrói a partir de uma proposta sobre o mundo que se baseia em um acontecimento a ser relatado. Com a finalidade de persuadir o leitor, a revista lança mão de estratégias como a citação de falas de especialistas ou de testemunhos. O argumento de autoridade é um recurso muito eficaz para justificar ou provar uma proposição, como afirma Perelman (1996, p. 348): “O argumento de prestígio mais nitidamente caracterizado é o argumento de autoridade, o qual utiliza atos ou juízo de uma pessoa ou de um grupo de pessoas como meio de prova a favor de uma tese”.

Essas estratégias usadas pela *Nova Escola* se justificam porque a revista é escrita por jornalistas e não por professores (Frade, 2011), portanto, há a necessidade de se comprovar o que se propõe por meio de um argumento de autoridade, para que a revista tenha credibilidade:

De acordo com Jacqueline Peixoto Barbosa, docente da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC – SP), “A gramática precisa estar a serviço das práticas de linguagem e adquirir esse conhecimento leva tempo para os alunos”. (Nova Escola, 2012b, n. 254).

Os textos analisados mostram o quão superficial é a abordagem da revista quanto ao tratamento de teorias e metodologias para o ensino de leitura. Conforme Charaudeau (2010) afirma, o discurso midiático vulgariza o conhecimento técnico-especializado quando o simplifica para torná-lo claro a todos os leitores, especialistas ou não. De acordo com Ramos (2009, p. 6):

Essa revista, assim como outros periódicos do século XIX (principalmente, na Europa) e da primeira metade do século XX, propõe-se a simplificar ou traduzir as ‘renovações’ didático-pedagógicas, através de uma linguagem não-acadêmica, portanto de presumível inteligibilidade.

Santos e Orge (2010) demonstram a enorme aceitabilidade com que professores recebem a revista. Contudo, as autoras reconhecem que a forma com a qual a revista divulga sugestões e experiências a serem aplicadas em sala de aula é feita sob a forma de conhecimentos popularizados para o grande público docente: “As revistas enquanto suporte de gêneros de formação continuada, popularizam as definições especializadas e as experiências que fazem sentido para a formação dos professores na escola”. (Ibid., p. 280-281). Os autores também reproduziram uma fala de um(a) leitor(a) da revista, publicada na edição 219, em janeiro/fevereiro de 2009, na seção “cartas, e-mails etc.”, na qual se percebe, agora pelo ponto de vista da instância de recepção, a prática da vulgarização: “Até que enfim, alguém tirou a produção de texto do discurso e expôs o assunto de forma clara e objetiva, sem o famigerado blábláblá da educação!” (ibid., p. 273).

A edição nº 234 da revista *Nova Escola* trouxe uma série de reportagens sobre leitura, que se intitulou *Literatura, muito prazer*. Uma característica notável nessa edição é a interpelação da revista ao professor. Considerando o público-receptor da revista – professores do Ensino Fundamental, diretores, orientadores educacionais e estudantes de pedagogia –, o enunciado escolhido para apresentação dessa reportagem sugere certa desqualificação em relação ao próprio saber desses profissionais. Essa sugestão torna-se explícita no texto que segue abaixo do título:

A escola é um ambiente privilegiado para garantir muito contato com os livros. Conheça, passo a passo, os caminhos para ir além dos resumos e questionários de leitura e incentivar na garotada o gosto pelas obras literárias - mesmo que você não tenha familiaridade com esse tipo de texto. (Nova Escola, 2010, n. 234).

A informalidade expressa pelo pronome *você* sugere proximidade e simetria entre a instância midiática e o destinatário. O comportamento alocutivo expresso na forma verbal imperativa comprova a legitimidade da revista ao revelar-se detentora de um conhecimento que o seu destinatário não possui. Portanto, de forma prescritiva, a revista transmitirá ao professor, o conhecimento que ele deve ter.

No tocante ao trabalho com o ato de ler, nessa mesma edição, de acordo com a revista, para se aprender a gostar de ler é preciso intensificar a quantidade de leitura:

Para começar, é preciso compreender que, antes de analisar e refletir sobre os aspectos formais da literatura (história, linguagem etc.), os estudantes têm de gostar de ler. E isso só se faz de uma maneira: lendo, lendo, lendo. (Nova Escola, 2010, n. 234).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997, p. 41) afirmam que

a leitura é um processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de construção do significado do texto, a partir dos seus objetivos, do seu conhecimento sobre o assunto, sobre o autor, de tudo o que sabe sobre a língua: características do gênero, do portador, do sistema de escrita, etc. Não se trata simplesmente de extrair informação da escrita, decodificando-a letra por letra, palavra por palavra. Trata-se de uma atividade que implica, necessariamente, compreensão na qual os sentidos comecem a ser constituídos antes da leitura propriamente dita.

Essa asserção é conflitante com a concepção de leitura apresentada pela *Nova Escola*, além disso, a revista não dispõe de fundamentação teórica para afirmar que ler de maneira aleatória e forçosamente, como parece sugerir, desenvolva o gosto pela leitura. Considerar que o gosto pela leitura emerge da quantidade de livros lidos conduz à concepção de leitura como hábito, presente nessa mesma edição e em edições posteriores: “O que faz da poesia de cordel um instrumento capaz de estimular o hábito da leitura são características que costumam encantar as crianças...” (Nova Escola, 2011, n. 243); e “Transformar a leitura em um hábito regular requer bem mais do que infraestrutura.” (Nova Escola, 2012a, n. 252).

Lajolo (1997, p. 107) considera um equívoco classificar a leitura como hábito: “espartilhada em hábito, a leitura torna-se passível de rotina, de mecanização e automação, semelhante a certos rituais de higiene e alimentação, só para citar áreas nas quais o termo hábito é pertinente.”

A edição nº 234 também aponta para a concepção de leitura como *hobby*: “O ideal é que a rotina diária inclua momentos de leitura em aula e que os alunos sejam incentivados a levar exemplares para ler em casa – por *hobby* mesmo, sem que isso vire uma tarefa obrigatória.” (Nova Escola, 2010, n. 234). A palavra *hobby* possui origem inglesa, e em português, segundo Ferreira (2010, p. 401), adquiriu o seguinte significado: “atividade de recreio ou de descanso, praticada, ger., em horas de lazer.”

Soares (1999, p. 22) categoriza três tipos fundamentais de leitura, a saber: leitura funcional, leitura de entretenimento e leitura literária. Apesar de destinar à leitura de entretenimento a representação do lazer, “aquela que se faz em busca do prazer, que traz satisfação emocional e identificações, ampliação do horizonte pessoal para outros mundos e outros seres humanos”, a autora não exclui a possibilidade de que os outros modos de ler também causem o efeito de prazer. Contudo, considerar a leitura um *hobby* é reduzir o efeito de prazer causado por esse ato à leitura que se realize em horas de lazer.

Apesar de a revista tratar do ensino de leitura por meio de concepções conflitantes com as dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) e dos estudos mais recentes, pode-se observar que, ao mesmo tempo, comporta abordagens que se assemelham a esse perfil, como pode ser observado na edição nº 257:

Como é possível notar, variadas interpretações conferem tons distintos ao personagem e ao desenrolar da trama. Por isso, a troca de ideias é valiosa: comprova que o mesmo texto pode ser lido de múltiplas maneiras. (Nova Escola, 2012, n. 257).

4. Considerações Finais

O contrato de comunicação que a revista *Nova Escola* instaura com o seu público-receptor (profissionais e estudantes de Educação) é caracterizado pela posição de superioridade em que a revista se coloca – aspecto próprio daquele que ocupa a posição de *Eu comunicante* no contrato midiático –, sobrepondo-se à posição do professor.

Nova Escola se apresenta como um periódico educacional, entretanto, sua diagramação e linguagem, assim como a possibilidade de aquisição em bancas de jornal a assemelha mais aos produtos midiáticos, que também possuem essas características. Além disso, *Nova Escola* é redigida por jornalistas, enquanto outros periódicos educacionais são escritos por professores, por isso a revista tem de recorrer frequentemente a citações de autoridades da área, a fim de adquirir credibilidade diante do público-receptor.

As concepções de leitura elucidadas nas edições da revista analisadas podem ser conceituadas como híbridas: ora a revista trata da leitura como hábito e *hobby*, ora assume uma postura mais próxima ao que os PCNs de Língua Portuguesa sugerem.

A indefinição da posição da revista quanto ao ensino de leitura pode ser atribuída à falta de conhecimento técnico-especializado dos jornalistas que a escrevem. A abordagem de concepções diferentes, em alguns casos em uma mesma matéria, não permite que a revista cumpra funções pressupostas às revistas educacionais, como por exemplo, a identificação de teorias e práticas no campo pedagógico em épocas determinadas; tampouco a permite cumprir funções que a própria editora lhe destina: a formação e o aprimoramento docente. Acredita-se, também, que esse comportamento da revista seja devido ao seu incansável esforço em adequar-se ao público leitor, característica comum às revistas midiáticas – o que é corroborado pelo tratamento dado, por exemplo, ao tema “Leitura”. Em revistas educacionais, o posicionamento político pedagógico se faz necessário.

A leitura concebida como hábito anula todas as possibilidades de reflexão e transformação que o ato de ler pode oferecer. O mesmo ocorre quando concebida como *hobby*, passando a ser categorizada como mais uma atividade de lazer, reduzindo a potencialidade de seus efeitos enquanto prática social, veículo de acesso e de construção de conhecimento.

Portanto, em virtude do tipo de contrato de comunicação midiático que a revista estabelece com o leitor, de abordagens e de propagação divergentes de leitura, da organização editorial de sua criação e dos critérios a que se submete para circulação no mercado, conclui-se que a revista *Nova Escola* serve a fins eminentemente

mercadológicos, e não pedagógicos, não conseguindo reunir elementos que a permitam cumprir funções para as quais parece se destinar.

Referências:

- BACK, E. *Fracasso do ensino de português: proposta de solução*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1997.
- CHARAUDEAU, Patrick. Análise do discurso: controvérsias e perspectivas. In: MARI, Hugo; PIRES, Sueli; CRUZ, Amadeu Roseli; MACHADO, Ida Lúcia (Org.). *Fundamentos e dimensões da análise do discurso*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso – FALE/UFMG, 1999.
- _____. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, I. L. & MELLO, R. (Org.). *Gêneros: Reflexões em Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso. FALE/UFMG, 2004.
- _____. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida L.; GAVASSI, Sigrid (Org.). *Da Língua ao Discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- _____. *Linguagem e discurso: modos de organização*. Trad. Angela M. S. Corrêa e Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2008.
- _____. *Discurso das Mídias*. Trad. Angela M. S. Corrêa. 2. ed. 1 reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa*. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010.
- FRADE, Isabel Cristina A. da S. Revistas pedagógicas: Qual é a identidade do impresso? In: BATISTA, Antônio Augusto G.; GALVÃO, Ana Maria de O. (Org.). *Leitura: práticas, impressos, letramentos*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 105-126.
- GERALDI, João Wanderley. *Portos de passagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- LAJOLO, Marisa. *Do mundo da leitura para a leitura do mundo*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1997.
- MOLINA, O. *Quem engana quem: professor X livro didático*. Campinas: Papyrus, 1987.
- NÓVOA, A. A Imprensa de Educação e Ensino: concepção e recepção do repertório português. In: CATANI, D. B.; BASTOS, M. H. C. (Org.). *Educação em Revista. A imprensa periódica e a história da educação*. São Paulo: Escrituras, 2002. p. 11-31.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da Argumentação*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

RAMOS, M. E. T. *O ensino de história na revista Nova Escola (1986 – 2002): cultura midiática, currículo e ação docente*. Tese (Doutorado em Educação). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2009. Disponível em: <http://www.ppgpe.ufpr.br/teses/D09_ramos.pdf>. Acesso em: 03/01/2014.

SANTOS, Cosme B.; ORGE, Livia M. Letramento do alfabetizador no local de trabalho: O efeito da revista Nova Escola. In: VÓVIO, C. et al. (Org.). *Letramentos: rupturas, deslocamentos e repercussões de pesquisas em Linguística Aplicada*. 1. ed. São Paulo: Mercado de Letras, 2010.

SILVEIRA, F. R. *Um estudo das capas da revista Nova Escola: 1986-2004*. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Faculdade de Educação. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2006. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000380842>>. Acesso em: 03/01/2014.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

Referências do corpus:

CALHADO, Cyntia. *Ler por prazer no ritmo do cordel*. Nova Escola, São Paulo, n. 243, jun./jul. 2011. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/fundamental-1/ler-prazer-ritmo-cordel-636143.shtml>>. Acesso em: 03/01/2014.

FERNANDES, Elisângela. *Bibliotecas escolares: livros tão, tão distantes das mãos dos alunos*. Nova Escola, São Paulo, n. 252, maio 2012a. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/bibliotecas-escolares-livros-tao-tao-distantes-maos-alunos-687661.shtml>>. Acesso em: 03/01/2014.

FERNANDES, Elisângela. *Analfabetismo: dez anos depois, não saímos do lugar*. Nova Escola, São Paulo, n. 254, ago. 2012b. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/analfabetismo-dez-anos-depois-nao-saimos-lugar-697865.shtml>>. Acesso em: 03/01/2014.

MEIRELLES, Elisa. *Literatura, muito prazer!* Nova Escola, São Paulo, n. 234, ago. 2010. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/lingua-portuguesa/pratica-pedagogica/literatura-muito-prazer-584195.shtml>>. Acesso em: 03/01/2014.

SANTOMAURO, Beatriz. *Como fazer análise das características do personagem*. Nova Escola, São Paulo, n. 257, nov. 2012. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/fundamental-2/como-fazer-analise-caracteristicas-personagem-721704.shtml>>. Acesso em: 03/01/2014.